

Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências¹

Jondison Cardoso Rodrigues

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil.
e-e-mail: soncardosorodrigues@gmail.com

Ricardo Angelo Pereira de Lima

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil.
e-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es

Resumo

O processo de formação socioeconômica da Amazônia configurou-se historicamente por meio de lógicas impositivas e espoliativas, do qual os grandes projetos (rodoviário, ferroviário, portuário, hidrelétrico e minerário) são representativos. Tal processo constitui o objetivo desse artigo, que é apresentar e refletir sobre o imaginário e as narrativas acerca da Amazônia que vem se costurando (colando-se) e alimentando a lógica “recente” de grandes projetos de infraestrutura e de agentes econômicos, e, o planejamento e as políticas públicas “conduzidas” pelo Estado brasileiro. Pretende-se, além de mostrar os grandes projetos planejados, busca-se destacar como as populações tradicionais vêm resistindo a esses projetos; e, paralelamente, a isso, refletir sobre os desejos/necessidades dessas populações que vão para além do “projeto modernidade”. O caminho de pesquisa teve como recorte empírico-espacial, o estado do Pará (janeiro de 2014 a junho de 2019), com observações, entrevistas, “participações” em audiências públicas, em Barcarena (Nordeste do Pará) e Itaituba (Oeste do Pará), pesquisas de campo; além de reflexões a partir dos diálogos e formações com movimentos e resistências sociais e seminários, em parceria com movimentos sociais.

Palavras-chave: Amazônia; colonialidade; desenvolvimento.

Major infrastructure projects in the Amazon: imagery, coloniality and resistance

Abstract

The process of socioeconomic formation of the Amazon has been historically configured through tax and spoliative logics, of which the major projects (road, rail, port, hydroelectric and mining) are representative. This process is the purpose of this article, which is to present and reflect on the imaginary and narratives about the Amazon that has been sewing and feeding the "recent" logic of large infrastructure projects and economic agents, planning and public policies "conducted" by the Brazilian State. In addition to showing the large planned projects, it is sought to highlight how traditional populations have been resisting these projects; and, at the same time, to reflect on the wishes / needs of those populations that go beyond the "modern project". The search path was empirico-spatial, the state of Pará (January 2014 to June 2019), with observations, interviews, "participation" in public hearings in Barcarena (Northeast of Pará) and Itaituba (West of Pará), field surveys; besides reflections from the dialogues and formations with movements and social resistance and seminars in partnership with social movements.

¹ O presente artigo resulta do estágio de Pós-doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Federal do Amapá, com apoio da Bolsa FAPEAP/CAPES.

Keywords: Amazon; coloniality; development.

Grandes proyectos de infraestructura en la Amazonia: imaginario, colonialidad y resistencia

Resumen

El proceso de formación socioeconómica de la Amazonía se configuró históricamente por medio de lógicas impositivas y expropiativas, del cual los grandes proyectos (vialidad, ferroviario, portuario, hidroeléctrico y minero) son representativos. Tal proceso se constituye en el objetivo de éste artículo, cuyo fin es, presentar y reflexionar sobre el imaginario y las narrativas acerca de la Amazonia que vienen tejiéndose (adhiriéndose) y alimentando la lógica “reciente” de los grandes proyectos de infraestructura y de agentes económicos, así como, la planificación y las políticas públicas conducidas por el Estado Brasileño. Además, se pretende mostrar los grandes proyectos ya planificados, procurando destacar, como las poblaciones tradicionales vienen resistiendo a esos proyectos y, paralelamente a eso, reflexionar sobre los deseos/necesidades de esas poblaciones que van más allá del “proyecto modernidad”. El camino investigativo tuvo como recorte empírico-espacial el estado de Pará (desde enero de 2014 a junio de 2019), con observaciones, entrevistas, “participaciones” en audiencias públicas, pesquisa de campo, en Barcarena (Noreste de Pará) e Itaituba (Oeste de Pará); además de las reflexiones a partir de los diálogos y los procesos formativos con los movimientos y resistencias sociales, y seminarios en asociación con los movimientos sociales.

Palabras-claves: Amazonía; colonialidad; desarrollo pegándose

Introdução

A Amazônia brasileira vem sendo “afetada” pela “recente” transformação econômica e geopolítica mundial. Transformação essa relacionada à expansão e fluidez da financeirização, do neoliberalismo, da monopolização de redes de informação, tecnologias e cadeias de valor global (e a circulação de *commodities*), por multinacionais, bancos e fundos (HARVEY, 2018). Como também pelo cenário de polarização (hegemônica) econômica, guerras comerciais e investimentos, dos Estados Unidos e da China.

Outra relação que se conecta com as transformações deve-se ao fato de que o Brasil, no caso o Estado, vem buscando fortalecer, nessas duas últimas décadas, estratégias (sobretudo, econômica) voltadas para a combinação de estabilidade, que inclui controle de inflação, taxa de câmbio, balanço de pagamentos (sustentabilidade fiscal) e baixas taxas de juros (RAVENA et al 2019). Além disso: i) políticas de austeridade fiscal; ii) incentivos fiscais a empreendimentos estrangeiros; iii) criação de agências, cédulas e carteiras de investimento; iv) criação de leis, regimes fiscais e regularização como processo de estrangeirização de terras; v) construção de parcerias público-privadas; e, vi) fortalecimento de grandes produtores rurais, agroindústrias e novos agroexportadores. Tudo isso como forma de proporcionar um ambiente para desembarque de investimentos estrangeiros (RODRIGUES, 2018a).

A Amazônia não só se inscreve nessa dinâmica nacional e global, mas vem passando, principalmente a partir de 2013, por rápidos processos de territorialização de agentes econômicos (empresariais e estatais), calcados em megaprojetos (CASTRO, 2016) que se assemelham ao período de intervenção militar, quando se tinha a perspectiva de conectar a Amazônia às dinâmicas e políticas nacionais, por meio de incentivos fiscais, abertura de estradas, construção de portos, hidrelétricas e ferrovia. Porém, recentemente, a “intervenção” configura-se sob versão financeirizada do capital e de inserção competitiva nos circuitos produtivos e financeiros globais, via políticas de aumento de exportações de *commodities*, principalmente agrícolas.

Tal configuração traz consigo, ou reedita, dinâmicas, lógicas políticas e econômicas do século XX, de uma “invenção da Amazônia”, alicerçada por grandes projetos de prospecção e beneficiamento mineral, hidroelétricos, agropecuários, rodoviários, ferroviários –, tornados possíveis graças às condições institucionais, jurídicas, financeiras e espaciais forjadas (NAHUM, 2019).

Para Ravena et al (2019), essa reedição se deve ou dissemina-se pelo mundo, a partir da visão eurocêntrica, de ideia de civilização; associada ao crescimento, ao desenvolvimento econômico e ao progresso, dispersados como uma lei natural ou um valor universal. Nesse sentido, ainda segundo Ravena et al, toda a injustiça, a exploração econômica, violência e apagamento e/ou encobrimento (invisibilização) perpetradas poderiam ser justificadas pelo bem maior que a “civilização superior e evoluída” estaria prestando ao restante mundo (MARQUES, 2019).

Assim, esse artigo visa apresentar e refletir sobre o imaginário e as narrativas acerca da Amazônia que vêm se costurando (colando-se) e alimentando a lógica “recente” de grandes projetos de infraestrutura e de agentes econômicos, e o planejamento e as políticas públicas “conduzidas” pelo Estado brasileiro. Pretende-se, além de mostrar os grandes projetos planejados, busca-se destacar como as populações tradicionais vêm resistindo a esses projetos; paralelamente a isso, refletir sobre os desejos/necessidades dessas populações que vão para além do “projeto modernidade”.

Procedimentos metodológicos

O caminho de pesquisa e estudo circunscrito teve como recorte empírico-espacial o estado do Pará, no período compreendido entre 2014 a junho de 2019, o qual foi amparado em observações, entrevistas (com agentes públicos, do Estado), “participações” em audiências públicas, em Barcarena (Nordeste do Pará) e Itaituba (Oeste do Pará) e pesquisas de campo, nessas duas cidades.

As reflexões “também” se pautam a partir: i) dos diálogos e formações com movimentos e resistências sociais (CPT, MAB, Terra de Direitos e Movimento Barcarena Livre); ii) pesquisas no Oeste/Itaituba e nordeste do Pará/Barcarena acerca de grandes projetos (portuário, rodoviário, ferroviário, minerário); iii) participação em seminários promovidos por movimentos sociais ou em parceria, Universidade e movimentos (I Seminário Desastres da Mineração: Pará e Minas/2016/Belém; II Seminário Desastres da Mineração: Barcarena/2016/Barcarena; III Seminário Desastres da Mineração em Barcarena/2018/Belém; I Seminário de Educação do Campo e Resistência dos Povos e Comunidades Tradicionais de Abaetetuba/2018/ Abaetetuba; Seminário Portos no Rio Tapajós/2017/Itaituba, Assembleia dos Munduruku/2018/Itaituba); e, iv) participação e diálogos em grupos de pesquisa (o - Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados/GETTAM, coordenado pela professora Edna Castro, da Universidade Federal do Pará/UFPA; além do Grupo de Pesquisa sobre Sociedade, Território e Resistência na Amazônia/GESTERRA - Coordenado pelos professores: Solange Gayoso e Marcel Hazeu/UFPA)².

A partir dessa estruturação, pretendeu-se encobrir a lacuna pontuada por Ravena et al (2019) de que o novo tempo é mais “sofisticado” e mais complexo, e que, nele, as problemáticas e os objetos de análise são multidisciplinares, multiníveis, multidimensionais, multiformes, multiescalares e multiatores.

O diálogo com as bibliografias centram-se sobre a temática território, formação socioeconômica e desenvolvimento, na produção de grandes projetos para Amazônia, imaginário e resistência; tendo como algumas obras fonte reflexivas: Castro (2008, 2010, 2012, 2016), Castro e Campos (2015), Castro et al (2018), Ravena et al (2018), Rodrigues (2018a; 2018b), Rodrigues, Rodrigues e Lima (2019), Violeta (2002, 2012), Oliveira (2014), Almeida (2015) e Nahum (2019). A lente analítica teórica pauta-se no debate sobre colonialidade, principalmente, em Mignolo (2017a, 2017b) e Quijano (1998, 2007, 2008, 2012).

O debate e discussões antigas e atuais sobre a Amazônia

Castoriadis (2002) assinala que a organicidade social seria mediada por certo simbolismo (por exemplo, em uma instituição) que carrega e “deposita”/transfere um sentido (conferido) às “coisas”, que, aliás, não é de forma alguma definitiva. Neste sentido há “significação imaginária social faz as coisas existirem enquanto tais coisas, apresenta-as como sendo isso que elas são – o ‘isso que’ sendo introduzido pela significação, que é,

² Agradecemos aqui ao MAB, CPT, Terras de Direitos e Movimento Barcarena Livre, assim como o GESTERRA/UFPA e o GETTAM/UFPA, pelos ensinamentos, diálogos e participações formativas e autoformativas.

indissociavelmente, princípio de existência, princípio de pensamento, princípio de valor e princípio de ação” (CASTORIADIS, 2002, p. 387). Mas, o próprio simbolismo é um constructo social, um processo social histórico e político de invenção enquanto palavra, racionalidade, história e prática, portanto “As sociedades constroem, a cada vez, o seu mundo – mas isso acarreta a existência de alguma coisa que possui em si mesma essa qualidade, independentemente de toda construção: ser construtível (em parte, certamente)” (CASTORIADIS, 1992, p. 276).

Esse “construtível” que Castoriadis se refere é o que aduz um trabalho denso de Gondim (1994) (porém, inspirada em Mendes (1974)), ao discorrer que a Amazônia “Contrariamente ao que possa supor a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (GONDIM, 1994, p. 9).

Ainda com relação a isso, Loureiro aduz que a História da Amazônia:

A História da região tem sido, da chegada dos primeiros europeus à Amazônia até os dias atuais, uma trajetória de perdas e danos. E nela, a Amazônia tem sido, e isso paradoxalmente, vítima daquilo que ela tem de mais especial — sua magia, sua exuberância e sua riqueza. Não se trata de uma queixa, mas de uma constatação simples: a Amazônia foi sempre mais rentável e, por isso, mais útil economicamente à Metrópole no passado e hoje à Federação, do que elas o tem sido para a região (LOUREIRO, 2002, p. 107).

Dialogando com Mendes (2010), a região amazônica foi convertida no obscuro objeto do desejo de muitos e segue sendo vista como emérita provedora mundial de espaços, matérias-primas, energia, bens e serviços *in natura*, extraídos de seu solo, subsolo, flora, fauna e fluidos – como água e ar. Portanto, o debate, as discussões antigas e atuais (de produções e pesquisas) sobre a Amazônia são tessituras de olhar romântico, generalista, sem empiria, com estudos e pesquisas científicas não-continuadas, nas quais a afirmação de Castro (2008) cabe muito bem: “o Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia”. A Amazônia nesse caso é descrita e narrada, no mundo inteiro, como uma região de rios e o verde/floresta, de índios e vazio demográfico, e, transparecida em estudos (com o fortalecimento, seja intencional ou não), por exemplo, de Vieira, Toledo e Santos Jr (2014), Vieira, Toledo e Higuchi (2018) e Azevedo-Ramos e Moutinho (2018).

Essa descrição e narrativa tecidas constituem um “olhar estrangeiro”, que, aliás, é uma construção simbólica, política, histórica e socioeconômica acerca Amazônia; um imaginário (do e de colonizador) idílico de riquezas naturais, do celeiro do mundo, de matas e tesouros infindáveis, de um “El Dourado” a ser conquistado (CASTRO; CAMPOS, 2015). Portanto, com foco no imaginário poético e paisagístico (PAES LOUREIRO, 2018) e em uma

“Amazônia enquanto possessão maravilhosa marcada pela abundância de riquezas naturais, disponibilidade de terra a ser habitada e um vazio demográfico” (NAHUM, 2019, p. 29). Tal visão produzindo uma “concepção de espaço areal, sinônimo de vazio, potencialmente atrativo, aguardando investidores e investimentos” (NAHUM, 2019, p. 25).

Segundo Loureiro (2012), um dos grandes erros (produzidos por imaginários e racionalidades):

[...] refere-se ao erro de conceber a Amazônia como um macrossistema homogêneo de floresta e rios, assentado sobre uma extensa planície. Esse equívoco é responsável pelo fato de que atividades econômicas tão diversas como a pecuária, a exploração madeireira, a mineração, a garimpagem e outras, que apresentam diferentes impactos sobre a natureza [...] (LOUREIRO, 2012, p. 530).

Esse “olhar estrangeiro” apresenta uma Amazônia e sua história como homogênea, linear e evolucionista (física, biológica, socioeconômica e histórica), lugar onde há a separabilidade da biodiversidade/ecossistema da dimensão social, e a diluição de inúmeros povos, etnias, cores, crenças e tradições culturais e religiosas. Perfazendo também em uma produção imaginária, uma representação de pessoas, grupos e povos como objetos, cujo aquilo ou “o que não existe” é inventado: em escritas, falas, imagens, histórias. Tal configuração já expressa em debates antigos como de Mendes (1974), Loureiro (1992), Gondim (1994), Porto-Gonçalves (2001), Ab’saber (2002), Becker (2004), Almeida (2008) e Castro (2010).

Nesse contexto de imagens sobre a Amazônia, Machado (1989) defende a tese de que a conquista europeia do Vale do Amazonas foi povoada por mitos, por exemplo, *El Dorado*, mito das Amazonas, reino do *El Príncipe Dorado* - contidos nos relatos sobre a conquista da região. Segundo a autora, essa narrativa impulsionava a entrada dos colonizadores, na busca por grandes riquezas no interior de rios e florestas.

Machado ainda destaca que:

Havia um patrimônio cultural comum, sem embargo, a historiadores, geógrafos, evangelistas, cronistas e conquistadores. Mitos e lendas acompanham não só o saber não qualificado como qualificado. Reforçava, por exemplo, o saber abstrato da geografia européia, integrando o pensamento e a cartografia dos técnicos: as obras dos historiadores admitiam personagens místicas ao lado de personagens históricas mistificadas (MACHADO, 1989, p. 10).

Sabe-se que alguns mitos criados sobre a Amazônia servem como instrumento ideológico de controle e dominação, revelam uma visão preconceituosa e falseada da

realidade; pode-se enumerar o mito do “espaço vazio”, ou “selva desabitada”, do “paraíso natural”, do “paraíso selvagem”, ou seja, os “Sertões” da civilização.

Portanto, essas invenções são pautadas em narrativa ou narrativas - que não são apenas relatos unificador(es) de processos, mas “relato” (escrito e discursivo) da história que pode destacar (simbologias, cosmovisões, tradições, culturas), ou, apagar: contradições, desigualdades, fatos opressores, preconceituosos e discriminatórios, mitos de origem (banalizando-os e naturalizando-os), temporalidades e territorialidades múltiplas. Pode também moldar ou reforçar, como verdade cristalizada, representações e esquemas cognitivos-coletivos sobre o presente e particularmente o futuro, como visualizado em Slater (2015). Porém, tais caracterizações (ou ainda) expressas em trabalhos científicos, em um passado distante, sem inter-relação e/ou desatualizados, sem empiria e sem articulação interescalar, em termos de dinâmicas territoriais, novos agentes econômicos e territorializações de grandes agentes econômicos, por exemplo, em Simmons et al (2019), Leite e Trindade Jr (2018) e Porto-Gonçalves (2018)³.

Todas essas narrativas não seriam “fábulas do tempo” (RICOUER, 2004), mas discursos narrativos produzindo, desenhando e moldando interpretações, sentidos e significações. Assim, indo além da concepção autodefinidora de identidade, de Glissant (1997), no qual “o imaginário” é uma construção simbólica mediante a qual uma comunidade se define a si mesma.

Essa associação é um problema, pois se incorre em erros de se pensar a Amazônia simplesmente pelo verde/meio ambiente. Além do que “essa é uma forma de invisibilizar ainda mais as dinâmicas sociais, culturais, étnicas das sociedades que vivem aqui há milênios, que construíram sistemas de conhecimento, que construíram formas e modelos de sobrevivência autênticos e originais” (CASTRO, 2008, p.189). Dialogando com Nahum (2019, p. 26), com isso se reduz a produção no/do espaço amazônico ou “passa por mostrar a sucessão e coexistência dos sistemas de natureza, ou seja, frações reino vegetal, animal e mineral apropriados pela vida humana e usados de diversos modos”; não havendo conflitos/confitualidades e multiplicidades de crenças, saberes e hierarquias de poderes.

Para Loureiro (2002, 2012), Castro e Campos (2015) e Castro (2016), todas as visões percorridas anteriormente contribuem para o fortalecimento da narrativa, de imaginários que estão dispersos nas políticas de desenvolvimento econômico e social da Amazônia, pelo Estado e pelo grande capital, para integrar, domesticar e “civilizar” a região. Não sendo assim a produção de sentidos (nas suas ações) por indivíduos e grupos sociais,

³ Equívocos cometidos pela adoção acrítica e desmedida, no excelente no trabalho, de Bertha Becker, naquele espaço-tempo de estudo. Isso porque os estudos e reflexões da autora são acolhidas e dispersas como se todas as dinâmicas territoriais recentes fossem iguais, assim como a geopolítica e os agentes econômicos.

mas sentidos, racionalidades que são (inventados) impostos à região, os quais possibilitaram o avanço do grande capital, pois segundo Castro (2010):

O ideário de civilização que mobilizou o Ocidente alguns séculos atrás e impulsionou a colonização europeia nas Américas é atualizado, a nosso ver, continuamente, pois as matrizes conceituais e ideológicas do evolucionismo e colonialismo perduram no inconsciente ocidental. Efetivamente, a ideia de conquista de novos mundos povoou o universo europeu e projetou sociedades e culturas para além dos territórios (p. 105).

Essas visões da Amazônia são algo que persiste (SLATER, 2015), contribuem para incentivar equívocos, preconceitos, violências, o “encobrimento do Outro” e a “projeção do si mesmo” (da visão etnocêntrica europeia) (DUSSEL, 1993): a) a Amazônia seria um macrossistema homogêneo de floresta, rios e igarapés em toda a sua extensão, com uma natureza amazônica superabundante, autorrecuperável e inesgotável; b) Índios e caboclos viveriam em terras excessivamente vastas e pouco produtivas; c) estigmatização e inferiorização do extrativismo vegetal, da pesca, caça e da pequena produção agroextrativista, como algo primitivo e antieconômico; e, d) colonialidade/colonialismo nos planos e projetos estatais - o Estado têm entendido que somente o grande capital teria o impulso capaz de desenvolver a região (LOUREIRO, 2012). Uma produção de representação, isto é, associando ao que Castoriadis assinala: “toda representação remete a outras representações... as engendra ou pode fazê-las surgir” (CASTORIADIS, 1995, p. 367).

A questão não é a representação em si, mas, sobretudo, o desrespeito e as sistemáticas violências simbólicas e violações de direitos territoriais e étnicos, por exemplo, de não ver ou considerar o rio como elemento ontológico, simbólico e de extensão corporal. Essa inferiorização, desvalorização/desdém e o apagamento simbólico são a tentativa de mudança, isto é, transformar o rio como território da vida (e comandando da dinâmica da vida) de muitos ribeirinhos, para transformá-lo como fonte de precificação e uso privado, do qual o capital comercial e financeiro começa a ditar o tempo do rio e das populações (NAHUM, 2019).

Paralelo a isso, a criação de “verdades construídas sobre a benignidade coletiva dos grandes projetos de investimento”, visualizados em audiências públicas (da Ferrovia Paraense/Belém, em 2017; e, portos, em Itaituba (em 2015) e Barcarena (em 2017), vide figura 1 e 2), “[...] negando aos atingidos direitos [históricos] iguais aos dos beneficiários dos negócios do desenvolvimento, estabelecendo hierarquias entre os diferentes ou as dissimulando sob a retórica do bem comum” (ACSELRAD, 2014, p. 88).

Figura 1: Audiência Pública para construção de três portos: Cianport, Bertolini e Odebrecht



Fonte: do primeiro autor do artigo. Registrado 24 de fevereiro de 2015.

Figura 2: Audiência Pública para construção do porto do grupo Cevital, em Barcarena



Fonte: do primeiro autor do artigo. Registrado 26 de outubro de 2017.

A Amazônia vive a reedição do discurso do progresso, de vocação natural, (fornecedora de matérias-primas para o mundo) de geração de emprego⁴ (MARQUES, 2019), as expulsões (desposseções) por indenizações, venda de terras e poluição (visualizado na comunidade Dom Manoel, em Barcarena), além do cercamento dos territórios coletivos (por exemplo, a comunidade Torre, em Barcarena; e, a comunidade de Santarenzinho, em Rurópolis, Oeste do Pará, para construção de portos) começam a ser naturalizados pelo Estado. No caso de Barcarena, quando o Estado despeja populações, por meio de reintegração de posse ou pela oferta de indenizações, como verificado em Barcarena, que, depois, transfere a empresas, via concessões de uso.

Esse “Estado espoliador” (RODRIGUES, 2018a) não só incentiva o discurso do progresso, mas também legitima conflitos (e desmatamento) e/ou ameaças de mortes. Um exemplo dessa situação acontece no Oeste do Pará (região de Itaituba), com mais de 13 pessoas ameaçados morte, até maio de 2019. Isso em virtude do discurso legitimatório do agente estatal do executivo brasileiro (Jair Bolsonaro), com relação ao uso da violência, com arma de fogo.

A afirmação de ameaçados de morte e do uso do discurso legitimatório do agente estatal é calcada em diálogos com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)-Prelazia de Itaituba, entre 14 a 19 de maio em Itaituba; além de conversas com agricultores e agroextrativistas familiares e defensores da terra e do meio ambiente (que não vamos citar o nome devido

⁴ "Era um sonho de todos, e que nos traz uma perspectiva de modernização cada vez maior, assim como de abertura para novos mercados, e mais possibilidades de geração de emprego e renda", Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, Iran Lima, 15 maio de 2019. Vide <http://agenciapara.com.br>.

perseguições e ameaças), os quais relatam tensão e conflitos, com madeireiros e fazendeiros.

O caso emblemático e que foi muito relatado nos diálogos e nas entrevistas realizadas por nós foi acerca do casal de agricultores Osvailinda Pereira e Daniel Alves, que tiveram de sair do Projeto de Assentamento Areia, localizado no município de Trairão, por ameaça de morte. Esse assentamento é cobiçado para grandes projetos e pelo agronegócio, para: complexos de pequenas centrais hidrelétricas e hidrelétricas, ferrovias (Ferrogrão), construção de silos, pátios, postos de gasolina para carretas de empresas portuárias instaladas em Itaituba e o plantio de soja e milho. Portanto, fonte de especulação e conflitos fundiários.

Projetos de infraestrutura, colonialidade/modernidade e resistência

É importante destacar que a Amazônia vem passando por um amplo processo de (“marcha”) territorialização de agentes econômicos (que inclui o Estado), o que Castro (2007) pontua como “reconceptualização do tempo e do espaço”. Essa “reconceptualização” vem sendo construída por bancos, fundos, multinacionais e Estados-nações (CASTRO, 2016) ao invocar, por exemplo, a “escala global” nos seus discursos e escritas, para legitimar uma agenda econômica e política neoliberal e financeirizada, pautada na narrativa de imprescindibilidade e inevitabilidade dos Estados-nação, para poder: i) capturar fluxos de investimentos internacionais; ii) participar do jogo de exportação; iii) promover o crescimento econômico nacional e mundial; iv) gerar mais empregos e promover a atualização tecnológica; vi) incentivar a inserção no processo de exportação, principalmente, de *commodities*, no qual sua não inserção significaria um país atrasado e não-desenvolvido; e, vii) construir uma “civilização” que alimenta o mundo e sana a crise alimentar do mundo. Essas duas últimas muito usadas no meio empresarial no Brasil.

Assim o discurso (do uso) da “escala global” é colocar, sobretudo, em contraste, eclipsar, os contextos do local, dos “locais”, principalmente o lugar; conseqüentemente asfixiar qualquer tentativa de pensar um desenvolvimento endógeno e regional, em termos especialmente sociais - portanto sendo um apequenamento e inferiorização “local” e do lugar e a subjugação do “local” ao “global”, isto é,

Lugares vivificados por grupos sociais que cultivam, criam, produzem e extraem, usando a terra como principal meio de produção e reprodução de sua condição de existência. Para tanto, relacionam-se com parentes, vizinhança, mercado, igreja, instituições públicas e estatais (Hébette, Magalhães, Maneschy, 2002), dentre outras, compondo sua estratégia de acesso à bens, produtos, serviços e força de trabalho, possibilitando sua reprodução espacial (NAHUM, 2019, p. 32).

Esses lugares vivificados vão sendo asfixiados,

[...] lentamente cede espaço às técnicas e sistemas técnicos como variáveis estruturadoras da configuração espacial. A vida torna-se dependente de ferrovias, portos, estradas, telégrafo, correios, companhias de navegação, energia elétrica, enfim, a técnica e os sistemas técnicos tornam-se fatos sociais organizadores da morfologia espacial (NAHUM, 2019, p. 26).

Portanto, tal asfixia seria um processo de colonialidade, que segundo Quijano (2011, p. 1):

es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal.

A materialização dessa colonialidade e política escalar (expansão do espaço às técnicas e sistemas técnicos, como assinalado por Nahum) são os planejamentos relacionados à construção de projetos de infraestrutura no Estado do Pará: ferrovias (Ferrogrão e Ferrovia Paraense), hidrovias (Teles-Pires e Tapajós), portos, rodovia (a BR-16/pavimentação), termelétricas (duas termelétricas), pequenas centrais elétricas e complexos hidrelétricos, por exemplo, o Complexo Hidrelétrico São Luiz do Tapajós).

Os projetos de infraestrutura portuária são as maiores fontes materializadas de investimentos. No estado do Pará expressa-se com vários “portos do agronegócio” (RODRIGUES; RODRIGUES; LIMA, 2019) em operação: a Companhia de Navegação e Portos/Cianport (em Itaituba, com ligação logística com seu porto em Santana, no estado do Amapá), a Hidrovias do Brasil (Itaituba e Barcarena), a Unitapajós (*joint venture* da Amaggi e Bunge) (Itaituba e Barcarena), a Cargill (Itaituba), a Transporte Bertolini (Itaituba) e a ADM (Barcarena) (Figura 3); sendo ainda planejado mais de 35 portos no complexo Itaituba-Rurópolis, e, no complexo Barcarena-Abaetetuba, são mais de 20 portos.

Destaca-se também a infraestrutura de armazenamento de grãos da Cianport e da Caramuru Alimentos, em Santana (estado do Amapá), os quais são portos sincronizadores e cooperadores da logística internacional das cadeias de suprimento global e que se enlaçam com portos no Pará. Para Rodrigues (2018a) ainda há outros portos que compõe a logística internacional das cadeias de suprimento global que é o “porto alimentador”, isto é, portos de combustíveis que se conectam com a fluidez econômica global, abastecendo carretas, barcas e empresas portuárias. No caso de Santana, no estado do Amapá, a territorialização está ocorrendo pelo porto do grupo Itaipava e Terminal de Granéis Líquidos do Amapá.

Figura 3: Foto dos portos na margem direita do rio Tapajós, Itaituba



Fonte: Jondison Rodrigues. Registrado dia 19 de outubro de 2018

Figura 4: Porto da Unitapajós, em Barcarena



Fonte: Jondison Rodrigues. Registrado dia 01 outubro de 2016.

Figura 5: Porto da Cianport e Caramuru. em Santana



Fonte: Jondison Rodrigues. Registrado dia 20 dezembro de 2018.

Todos esses projetos elencados se inserem em uma macro política escalar para produção de corredores logísticos para *commodities* e a conexão com grandes cadeias de *commodities* mundiais, “pressionando a diminuição dos custos na esfera da circulação e produção e alimentando a orgia especulativa e de crédito” (RODRIGUES, 2018b, p.203). Um projeto político de produção e reconfiguração espaciais, de ordenamentos e hierarquias entre as escalas geográficas, como forma de impor gramáticas de legitimação, regimes de valor, estratégias de subjugação e dependência social e econômica.

Segundo Castro (2012), os projetos de infraestrutura para a Amazônia, históricos e recentes, possuem um desenho colonialista, desenvolvimentista e espoliativo comum:

[Por aumentarem] a desterritorialização de povos tradicionais na Amazônia brasileira e têm manipulado identidades pelo esvaziamento de sentidos, trazendo esses grupos para o contexto de suas representações sobre a modernização e o processo civilizatório. Têm reproduzido, assim, de forma recorrente e célere, formas de estigmatização (CASTRO, 2012, p. 59).

Portanto, seria a construção de um projeto societário nacional falacioso da importância de grandes investimentos em projetos de infraestrutura: de “favorecer crescimento econômico sustentado, com melhores possibilidades de engendrar uma

sociedade mais justa e próspera” e, assim, respeitar “a diversidade cultural e ambiental local e fortalecer a unidade social e territorial” (BRASIL, 2008, p.48). Configurando, em síntese, uma integração territorial, econômico-financeira mais conectada e pensada para exportar, para individualizar riquezas e ganhos, cuja diferença com período militar de “intervenção” na Amazônia era que havia uma pauta para o fortalecimento ainda que tímido para o mercado interno; as “mortes”, torturas e perseguições eram mais claras que recentemente.

Resistências face a expansão de grandes projetos

Apesar de uma construção de uma política de interesse e controle do território/região (multinacionais, bancos, fundos e novos países hegemônicos, como a China; agora com a insurgência e condução do fascismo neoliberal, resultante do processo eleitoral brasileiro de 2018), os movimentos sociais e de resistência estão lutando, por exemplo, no Oeste do Pará. As formas de lutas e resistências, como da CPT e do MAB, em Itaituba, com relação aos grandes projetos (verificados em nossas pesquisas, entre 2014 a 2018), são:

Trabalho de base nas comunidades para que estas se empoderem e lutem por seus direitos; Seminários sobre os grandes projetos na região do Tapajós; Formação/Oficinas sobre direitos e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho; Acompanhamento de Defensores de Direitos (Elmara Guimarães/CPT-Prelazia de Itaituba).

O movimento tem desenvolvido junto aos parceiros da região lutas conjuntas como pressão em órgãos públicos em forma de ocupação, trancamento de estradas como a transamazônica e BR 163, formação política com mulheres, seminários em defesa dos rios e das florestas, formação com a juventude, oficinas sobre direitos nas comunidades, mobilização de rua nas áreas urbanas, caminhadas, ocupações urbanas e construção de pautas coletivas em busca de direitos básicos (Frede Vieira/MAB).

Ações realizadas, segundo Rodrigues (2018a), com laços sociais e parcerias, seja pela busca do amadurecimento em termos de aprendizagem constante (reuniões e/ou seminários), seja para abrir o debate político e elaborar “projetos sociais/políticos” comuns e pontos de luta como forma “*por un lado, proponer y construir alternativas concretas frente al orden establecido, y por el otro, de confrontar y retar el aparato estatal en aras de buscar una transformación política*” (CEPEDA-MÁSMELA, 2015, p. 131). Além disso, criar estratégias densas no contexto de dinâmicas socioterritoriais “recentes” dos grandes projetos e do agronegócio; principalmente porque o setor agroindustrial e o Estado vêm construindo a narrativa de que os conflitos, as tensões e as resistências, das populações tradicionais, são considerados elementos banais, mediados e solucionados.

Quadro esse de conflitos, tensões, resistências e violação de direitos territoriais e étnicos a populações tradicionais, verificados a partir de nossas pesquisas e análises, dos EIAs/RIMAs, nas audiências públicas que participamos (Ferrovia Paraense e portos em Itaituba e Barcarena), transparecidos nos “pareceres” (licenças prévias concedidos as empresas portuárias) do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental, no caso Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAs).

Além disso, houve violações de direitos humanos, no que tange a não realização de consulta livre, prévia e informada às populações tradicionais, na construção dos portos em Barcarena (Hidroviás do Brasil e Unitapajós) e Itaituba (Cargill, Unitapajós, Cianport, Hidroviás do Brasil e Atem’s). As populações tradicionais não consultadas. São elas: ribeirinhas e quilombolas (Gibrié de São Lourenço, Burajuba, Cupuaçu e Sítio São João), em Barcarena; e, em Itaituba com populações indígenas (Munduruku) e ribeirinhas (Montanha e Mangabal, São Francisco e Pimental).

Essa visão acerca das populações tradicionais pauta-se na “narrativa-desenho” que é destaca por Loureiro (2012, p. 531) de que: “As populações tradicionais são povos atrasados, primitivos, portadores de uma cultura inferior, que obstaculizam o desenvolvimento e só têm a ganhar integrando-se à sociedade urbana e “civilizada”, desocupando suas terras para atividades ditas modernas”.

Essa visão/imaginário construída (o) sobre as populações tradicionais é fortalecida (o), pois como assinala Almeida (2015), há uma lógica, uma razão, uma ciência, um tempo e espaço hegemônico que começam não só ganhar protagonismo, mas impor um sistema pensamento e ação, como também ressemantizando: política, soberania, cidadania, território, desejos e sonhos. Colocando todas essas dimensões semânticas (que são de vidas) no plano econômico, usando a máxima de Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro”: “A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma” (MENDONÇA, 2018). É o olhar de fora, estrangeiro, colonialista e espoliador.

O “olhar estrangeiro” é o olhar *“históricamente enraizada y capaz de reproducirse, produce, implica, su propia subjetividad, su propio imaginario, su ética social, sus modos de percepción, de producción de sentido”* (QUIJANO, 2008, p. 16). É um olhar enquanto racionalidade que impõe ou obriga mudanças de saberes, culturas e/ou crenças, com o controle da subjetividade, com um autoritarismo violento e repressivo, às vezes não perceptível e/ou visível. Porém, usado com o objetivo de dominação, de discriminação, de exploração e violência para conservar o padrão capitalista, que é, aliás, colonial e espoliador, isto é, um capitalismo colonial/moderno (QUIJANO, 2012).

Portanto, sendo um olhar insensível e não solidário, um olhar de quem não vive, não ouve (devido distância), nem se envolve e se solidariza com dores e “desastres vivenciados” (verificados/identificados nas nossas pesquisas de campo):

- Por rejeitos de minérios e poluição, por pessoas doentes e que sofreram deslocamentos forçados⁵, que vivem permanentemente angustiados por novos deslocamentos/expulsões, doenças e por desastres eminentes, em Barcarena (como é o caso da Dona Maria Salustiana Cardoso que mora a 300 metros da barragem de rejeitos da multinacional Hydro Alunorte)⁶; e,
- Violência urbana (doméstica, no trânsito, por dívidas, além da sensação de medo e insegurança, no Distrito de Miritituba), prostituição, conflitos territoriais e ambientais, em comunidades de Itaituba, relacionados ao uso de recursos naturais coletivos e pesqueiros.

Cabe pontuar que as dores e os “desastres vivenciados” recaem predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico (ACSELRAD et al, 2012); dos quais, ainda, as dores e sofrimentos são singulares aos indivíduos e/ou grupos, isto é, são “sentidos” (internalizados) de forma diferenciada, com relação ao tempo e, principalmente, nos seus corpos, na sua relação social e simbólica.

Dores e sofrimentos muito comuns em Barcarena (em virtude dos grandes projetos), porém que são singularizados, por exemplo, na narrativa de uma liderança e moradora da comunidade Curuperé, em Barcarena,

[...] eu vou tentar lembrar aí né um pouquinho dessa dessa ... eu tenho quarenta e dois anos vou fazer no outro mês né sem ser em agosto vou fazer quarenta e três anos ... e eu sou nativa desse lugar nasci em Barcarena ... provavelmente dito lá na Montanha onde hoje está localizada a TGPM [Terminal de Grãos Ponta da Montanha/Porto da ADM] né a empresa que trabalha com grãos pra exportação ... e:: até meus quinze anos eu morei ali ... e depois de algum tempo ... os meus pais tiveram que vender a gente não entendia né naquele momento achava que:: ... na verdade a gente achava que a gente não podia resistir contra o progresso dito ... porque tudo ia ser mudado ... ia trazer muitos benefícios e o meu pai assim na inocência né ... ele acreditando que todas as promessas assim que ... falavam pra ele ia se realizar ele acabou aceitando naquele momento a gente não entendia isso ... não posso nem dizer muito bem na verdade a gente não entendia nada ... que a gente podia resistir que a gente podia dizer não que a gente podia se organizar ... a gente não entendia isso e:: ... depois que a gente saiu de lá ... que eles vieram morar pra cá a gente começou a perceber assim algumas coisas sabe? as perdas a gente foi sentir as perdas até então a gente muito jovem né a gente não conseguia entender isso ... o porque de sair do lugar o porque de abandonar e sendo que a vida não mudou ... a mudança que nós tivemos na nossa vida foi assim de lugar de conhecer outras pessoas né o do social porque houve uma dispersão muito grande na família ... nas montanhas todos eram

⁵ Hazeu (2015) indica em sua pesquisa que mais 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas) experimentaram deslocamentos forçados dos seus lugares de moradia, em Barcarena.

⁶ Segundo Hazeu, Gayoso e Nascimento (2019), de 2000 a 2018, foram identificados 24 desastres ambientais em Barcarena, envolvendo naufrágios de navios de carga, derramamento de lama vermelha, de caulim, de óleo e de soja. Tendo as seguintes empresas responsáveis: Hydro Alunorte, Alunorte, Imerys e Unitapajós.

pescadores praticamente todos eram tios sobrinhos irmão era uma grande família ... e quando nós viemos pra cá ... houve essa divisão algumas pessoas vieram pra pra Barcarena sede outras se dividiram [...] (Euniceia Rodrigues, moradora, indígena Mortigura e membro do Movimento Barcarena Livre, 06 de junho de 2019).

Ainda segundo Euniceia Rodrigues, até retornarem ao seu território que estão hoje, o Curuperé, ela enfatiza:

[...] aqui ficamos apenas em quatro famílias aqui neste lugar... fomos ameaçados é:: assim ... eles falaram que iriam passar com o trator por cima ... as vezes o pistoleiro vinha na frente de casa e mostrava as armas e a gente sofria uma pressão muito grande ... meu cunhado chegou a ser detido a minha cunhada ... foi ameaçada na delegacia porque eles procuram um amparo legal pro lado deles tipo ah vocês não querem sair mas olha eu tenho um amigo ali eu tenho a polícia do meu lado ... só que a gente tipo assim mesmo sabendo que a corria risco né de morrer a gente não quis sair desse lugar porque a gente ia ter que sair de novo reconstruir de novo ou perder tudo de novo e até quando? Porque eu falo assim você sai uma vez ah tá legal eles vão te tirar de novo vem a segunda vez se você sair a segunda vez eles vão te tirar e sempre vai ser assim (Euniceia Rodrigues, moradora, indígena Mortigura e membro do Movimento Barcarena Livre, 06 de junho de 2019).

Dores essas, exprimidas por Euniceia Rodrigues, que só amenizam por lutas travadas (das populações tradicionais), principalmente por meio de ações enquanto movimentos sociais, de seminários, elaboração de protocolo comunitário, cartilha e cartografia social, com apoio/participação de movimentos acadêmicos (no caso esse último pelo GESTERRA/UFGA/Coordenado pelos professores: Solange Gayoso e Marcel Hazeu e os seminários com o Grupo GETTAM/UFGA/Coordenado pela professora Edna Castro) (Figura 6). Como pontua Scott (2003), são nos “pequenos” (que são grandes) atos de desobediência/insubordinação ou de dissidência marginal, como contradiscursos e recusas públicas (por exemplo, aos megaprojetos que coloquem em risco/desastres o modo de vida e seus territórios) há processos de construção de movimentos de resistência e resistências cotidianas.

Figura 6: imagens de seminários, protocolo comunitário, cartilha e cartografia



Fonte: Gettam, Gesterra e Movimento Barcarena Livre.

Obs: Fotografia de Marcel Hazeu, registrada dia 01 de maio de 2019 (da apresentação preliminar do Mapa de do Território do Conde). Com membros do Movimento Barcarena Livre e populações tradicionais.

Essas ações e lutas se integram ao movimento sociopolítico/resistência, o Movimento Barcarena Livre, que resisti em Barcarena, no estado do Pará:

[O] Barcarena Livre é um movimento que nasceu em 2016 durante a organização de dois seminários sobre desastres da mineração, em Belém e em Barcarena. Várias lideranças comunitárias, representantes sindicais e moradores participaram da realização destes seminários e decidiram juntar-se com a Universidade Federal do Pará e atuar coletivamente contra a poluição, desastres ambientais, violação de direitos territoriais e políticas excludentes. O grupo entendeu que a sua atuação, além das ações de cada grupo específico, perpassa a produção de contrainformações, formação e capacitação, mobilização e participação nos processos de decisão. Barcarena livre luta contra expropriações e deslocamentos forçados e pela permanência na terra e território, em defesa dos povos e comunidades tradicionais e dos novos moradores. Atua no combate a poluição e em defesa da natureza (rios, ar, terra, floresta, fauna), além de apoiar atividades sustentáveis de trabalho e renda local (MOVIMENTO BARCARENA LIVRE, 2018, p. 1).

O Movimento Barcarena Livre além de desnaturalizar e desconstruir o discurso relacionado principalmente “de que até mesmo alguns graves danos ambientais e até sociais do extrativismo em troca de supostos benefícios para toda a coletividade nacional” (ACOSTA, 2016, p.67), também constitui um movimento que busca confrontar com contra-exposição, de desastres e crimes ambientais, poluição e as desigualdades socioambientais produzidas. Um exemplo dessa contra-exposição foi realizada pelo movimento (Figura 7).

Figura 7: Contra-exposição do Movimento Barcarena Livre, em Belém

Fonte: Movimento Barcarena Livre

O Movimento Barcarena Livre ocupou o Largo da Sé (Igreja de Santo Alexandre, em Belém) com seis *banners* com fotos e textos sobre os vazamentos, desastres e crimes ambientais da empresa Imerys (Figura 7). Multinacional francesa que desde 1996 atua em Barcarena, especializada na produção e processamento de minerais industriais e caulim. Empresa essa que é responsável por 14 fatos de crimes ambientais (em 1996, 2004, 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2018 e 2019) (HAZEU; RODRIGUES, 2019).

Essa contra-exposição foi devida, sobretudo, ao fato da exposição da empresa chamada 2ª edição da Expedição Imerys; com a exposição fotográfica a ser exposta em Belém, Pará. O objetivo da iniciativa, segundo a empresa, foi dar a oportunidade de expandir fronteiras da arte fotográfica e tornar público o trabalho desenvolvido com comunidades do município de Barcarena. Uma estratégia clara de mostrar uma política de responsabilidade social corporativa: uma empresa benigna e próxima das comunidades. Assim reduzindo a imagem negativa depois de sistemáticos crimes, dando visibilidade positiva da empresa e humanizando o sistema capitalista; prática recorrente no setor extrativista mineral (HAZEU; RODRIGUES, 2019).

Todas essas lutas (expressas em diversas atividades), por meio do Movimento Barcarena Livre, possibilitaram o fortalecimento de populações tradicionais (ribeirinhas, indígenas e quilombolas), de sua identidade e defesa do território. Além de fortalecer a defesa dos seus territórios, permitiu mostrar as falácias (e a construção de contranarrativas) de grandes projetos/projetos estatais e empresariais: i) da geração de empregos; ii) da elevação do capital social; iii) da promoção de um ambiente de inclusão; iv) de perspectivas

favoráveis à economia local e regional e sua conexão nacional e global; v) do aumento de mercadorias e produtos do território paraense; e, vi) do aumento dos tributos municipais.

Tais lutas e integrações que contribuirão significativamente para

estabelecer estreitos laços de solidariedade, configurando uma “arte de resistência” construída cotidianamente com símbolos e práticas expressas, no caso da situação empiricamente referida, por uma identidade coletiva e uma ruptura com os critérios essencialistas impostos pelo colonialismo e suas versões renovadas (ALMEIDA, 2015, p. 60).

Além disso, essas lutas e defesas de territórios perpetrados por populações tradicionais vêm desmitificar a máxima que todos querem ou desejam computadores, *tablets*, vídeos games, celulares, televisores, cidades modernas (com redes de *wifi*) e que anseiam pelo “progresso”, a instantaneidade e o trabalho esquizofrênico, como indiretamente apontado por Albuquerque e Meneguzzo (2018).

Todos esses aparatos tecnológicos representantes da modernidade/colonialidade, objetos e fontes de desejos, de consumo da maioria das pessoas, para Mário Santos, Quilombola do Quilombo Gibrié do São Lourenço e membro do Movimento Barcarena Livre significa (e articula com os grandes projetos):

pra nós enquanto sociedade... enquanto quilombolas... pra nós esse projeto não nos interessa... esse projeto só nos enfraquece... nos descaracteriza... e ele não vem::: é nos beneficiar... em momento algum... porque ele nos tira a nossa dignidade... ele me tira o direito de plantar... ele me tira o direito de COLETAR... ele me tira o direito ao... chão... ele me tira o direito de TER direito... então pra nós ele não nos representa... ele ele::: é um marco... da nossa do fim da nossa existência... enquanto quilombo... porque ele nos dividi... ele nos dividi... as pessoas chegam a dizer assim mesmo “pra que que vocês querem tanta terra... pra que que vocês querem tanta terra se vocês não fazem um um::: a lavoura”... vocês não... não tem a consciência de que a mata em pé ela tá gerando energia... ela tá gerando oxigênio... ela tá produzindo... não tem consciência de que... o que é riqueza pra eles... não é riqueza pra mim... de que eu... o que eu tenho no meu mato... ou no meu quintal... ao ao alcançar da minha mão... é o meu cacho de açaí é a minha pupunha... é o meu fruta pão... a minha mandioca a minha macaxeira... a minha galinha, o meu porco, o meu peixe, o meu camarão... então o que é riqueza pra eles não é pra MIM... não é... e eles não entendem isso “mas ah vocês querem viver no antigamente” não:: eu quero ter um telefone... cinco seis sete G... eu quero ter internet eu quero ter televisão mas... é de plasma quero ter carro na garagem... mas não que ele agrida... aonde eu vivo e tire o meu direito... então isso que eles não entendem... eu costume dizer assim eles eles rotularam o paraense e o bahiano de preguiçoso... não nós não somos preguiçosos... nem o bahiano nem o paraense... é que nós não temos o mesmo ritmo deles porquê? porque nós não precisamos uai... falo igual mineiro... eu não preciso... porque eu tenho que levantar seis horas da manhã dormir duas horas da madrugada fazendo hora extra? se eu tenho camarão no meu igarapé... se eu tenho peixe no meu igarapé... se eu tenho meu açaí, minha mandioca tenho minha macaxeira... tenho o meu jerimum... porque que eu vou... acumular acumular acumular e acumular?... então essa é a mesma visão... então o que eles tem: o que eles querem nos impor é isso... (Mario Santos,

Quilombola do Quilombo Gibrié do São Lourenço e membro do Movimento Barcarena Livre, 5 junho de 2019).

A fala de Mario Santos converge as pesquisas de campo, entrevistas e diálogos com movimentos sociais, lideranças e principalmente populações tradicionais por Santarém, Abaetetuba, Barcarena, Itaituba e Macapá, nos quais destacam, nas suas falas (acerca das suas necessidades/desejos), um discurso que se pauta no “poder viver”, segundo suas tradições, o seu desenvolvimento, a sua cultura, ao ritmo do espaço-temporal corporal e subjetivo pautado na velocidade dos rios, florestas, cosmologias, tradições e crenças, que são elementos constitutivos do conjunto (“armazenado”) de símbolos, “costumes”, lembranças/memórias, que são extensão do corpo e da psique individual/coletiva.

Tal componente hegemônico (da modernidade e capitalista) atual é componente explícito de colonialidade, pois como destaca Quijano (2007, p. 169):

In the beginning colonialism was a product of a systematic repression, not only of the specific beliefs, ideas, images, symbols or knowledge that were not useful to global colonial domination, while at the same time the colonizers were expropriating from the colonized their knowledge, specially in mining, agriculture, engineering, as well as their products and work. The repression fell, above all, over the modes of knowing, of producing knowledge, of producing perspectives, images and systems of images, symbols, modes of signification, over the resources, patterns, and instruments of formalized and objectivised expression, intellectual or visual.

Mesmo com esse processo de colonialidade de poder e saber, há contrarreações pautadas no discurso do “poder viver”. Discurso muito ouvido em nossas pesquisas, que se ancora em outros padrões, ou seja, em “outras riquezas”, por exemplo, de que ser rico é: “rico é ter açaí, peixe, camarão e farinha abundante” (fala do quilombola Mário Santos, Quilombola do Quilombo Gibrié de São Lourenço/Barcarena e componente do Movimento Barcarena Livre, na audiência pública da Ferrovia Paraense, realizada dia 23/08/2017, Belém). Fala essa que carrega uma ênfase ao desejo/sonho que é a sua (re)produção social e existencial de vida, que, aliás, constituiria um indicador de desenvolvimento, não expressos em indicadores de desenvolvimento da Amazônia, mas também em trabalhos científicos, por exemplo, de Tostes e Ferreira (2017) e Vieira (2019).

Dentro dessa compreensão de “outras riquezas”, pautam o discurso e práticas de grupos de defesa do território ou de territorialidades na Amazônia. Isso acontece porque a luta em defesa do território constitui a desobstrução da construção social do sentido de fraqueza e pobreza associada ao ribeirinho, o indígena e o quilombola; estruturado pelo sistema classificativo colonialista, calcado senso comum dualista: tradicional X moderno, primitivo X vanguarda (ALMEIDA, 2015). Sistema esse que banha os projetos de

infraestrutura, os planejamentos e políticas públicas do Estado brasileiro e de grandes empresas.

Tal compreensão ou narrativa de que “todos” anseiam de/pelo “progresso”, seria a busca a negação de “Territórios e identidades coletivas conhecem redefinições de sentido” (ALMEIDA, 2015, p. 46) e o apagamento de múltiplos espaços e tempos “estruturalmente” heterogêneos tornando desejos e sonhos em um “caminho homogêneo”, um caminho modernizante comum para todos os povos, populações, etnias e estados-nações, cujo “desenvolvimento passou a ser definido como o processo pelo qual um país avança por um caminho universal da modernização” (BUTZKE; MANTOVANELI JÚNIOR; THEIS 2016, p. 308).

Todavia, a dimensão de pensamento, de caminho de progresso e modernidade, de consumo da modernidade (MARQUES, 2019) constitui uma agenda política que historicamente “engoliu” a região e continua impondo sua dinâmica (CASTRO et al, 2018), cuja metanarrativa é de que o caminho modernizante, de importação de ideias, empresas e lógicas distantes, levariam as populações amazônicas, ao jardim do éden, a felicidade, com emancipação: de crenças, tradições, costumes, relações simbólicas e ontológicas, mitos e superstições pagãs que supostamente atrasariam o desenvolvimento da região.

Uma enunciação e dispersão de palavras e discursos como verdade absoluta e inquestionável, uma espécie de “imperialismo/autoritarismo do universal”: de construção de uma história a região e de neutralização do conceito histórico, como também para o apontamento (entenda aqui como obrigando, impondo) o caminho histórico a ser traçado e alimentado.

Tudo isso verificado nos discursos das empresas (EIA's/RIMA's) e do Estado, e transparecidos em audiências públicas, por exemplo, da Ferrovia Paraense/Belém, em 2017⁷; e, portos: em Itaituba, em 2015, do grupo Cianport, Bertolini e Odebrecht; e, Barcarena, em 2017, do grupo Cevital. Narrativa essa expressa na fala do então secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), Adnan Demachki, na audiência pública da Ferrovia Paraense: “Mas, mais do que isso, esse é um projeto de sociedade, da integração inédita de nosso território, de Sul a Norte, ele exige que a sociedade o abrace e o defenda. Ele não é do Governo do Pará, ele é do povo do Pará” (Vide Figura 8, leia o texto da figura).

⁷ Projeto conduzido pelo governo do Pará, com 1.312 km de extensão atravessando 23 municípios (de Barcarena até Santana do Araguaia), cujo investimento é de R\$ 14 bilhões, como mais a 1,7 mil imóveis serem destruídos, principalmente de populações tradicionais.

Figura 8: Programa InvestPara – Layout da Narrativa

Fonte: <http://investpara.com.br/>

Esse caminho “imperialista” pauta-se (também) na narrativa de consumo da modernidade que é de colonialidade, “progressista e correspondem à retórica celebratória da modernidade”⁸ (MIGNOLO, 2017b, p. 4) (Figura 8, a partir do agronegócio), e que seria o projeto ético, moral e político “para” as populações e regiões (com a retórica de vocação e potencial natural e posição/local estratégico para o desenvolvimento, visualizados no discursos de segmentos empresariais e estatais, no estado do Pará e Amapá). Tal compreensão, quando dialogamos com Oliveira (2014, p. 189), é por quê: “isso ocorre por ser a História da Amazônia a história do atraso, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim” e “visando o ‘desenvolvimento da região’”.

Portanto, sendo um projeto histórico e processual impositivo sobre a região (e sobre as populações), carregada e materializada de preconceitos, estigmas, inferiorização e violências sobre o outro; a região e um território a ser “ocupado e tornado produtivo” (OLIVEIRA, 2014, 191), conseqüentemente “o espaço passa a ter uma equivalência de mercado e para o mercado” (OLIVEIRA, 2014, p. 194).

Narrativa (violenta) essa construída, segundo a qual os “mercados podem alocar recursos e moldar a vida social de várias formas, mas dependendo da situação é permitido negar”, porém, não possuindo a capacidade para deliberar ou decidir, mesmo possuindo amparadas pela convenção 169 da OIT e protocolos de consulta, por exemplo, com a construção dos portos da Unitapajós e da Hidrovias do Brasil, próximo quilombo Gibríe de São Lourenço, em Barcarena. Além do caso dos Munduruku (da Aldeia Praia do Manguê e do Índio) e das comunidades de Pimental e São Francisco e Montanha e Mangabal, em Itaituba, com a construção dos portos da: Unitapajós, Hidrovias do Brasil, Cargill, Cianport e Atem’s.

⁸ Mignolo (2017a, p. 13) pondera que a colonialidade seria uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, “o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica[ria] a violência da colonialidade”.

Considerações finais

Esse artigo teve o objetivo de apresentar e refletir sobre o imaginário e as narrativas acerca da Amazônia e como isso vem moldando e alimentando a lógica “recente” de grandes projetos de infraestrutura, o planejamento e as políticas públicas “conduzidas” pelo Estado brasileiro e grandes empresas. Além disso, procuramos discorrer um pouco como as populações tradicionais vêm resistindo a esses projetos; e, paralelamente a isso, sobre os desejos/necessidades dessas populações que vão para além do “projeto modernidade”.

A pretensão é que o artigo torne-se uma peça interpretativa e reflexiva face ao amplo processo de (“marcha”) territorialização de agentes econômicos (que inclui do Estado), na construção de projetos de infraestrutura (ferrovias/Ferrogrão e Ferrovia Paraense; hidrovias/Teles-Pires e do Tapajós; portos, rodovia/BR-16/pavimentação; linhão; termelétricas/duas em Barcarena; hidrelétricas/Complexo Hidrelétrico do Tapajós; e, pequenas centrais elétricas/em Itaituba e Rurópolis).

Todo o imaginário e as narrativas (criadas) sobre a(s) Amazônia(s) vêm moldando e alimentando tais projetos, ancorado na modernidade ligada ao lado “obscuro”, a colonialidade, na perspectiva de Mignolo (2017b). Porém, tais narrativas estão imersas nas novas dinâmicas territoriais, novos agentes econômicos (ligados ao agronegócio, porém fortemente associados à mineração⁹, bancos e a fundos de investimentos): Bunge, LDC, Amaggi, ADM, Caramuru, Fiagril/Hunan Dakang Pasture FarmingCo. Ltd./PengxinGroup¹⁰, Agrosoja e P2 Brasil Infraestrutura, Alberta Ltd., International Finance Corporation, BTO - Fundo de Investimento em Participações, Santander, Itaú e Temasek Holdings Limited.

Associado a isso, há novas alianças geopolíticas, no caso com a China (com atuais e futuros investimentos em infraestrutura, minério e grãos). Parceria/aliança destacada na fala do secretário, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), Iran Lima (24 de maio de 2019), em reunião de trabalho do Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra), da Federação das Indústrias do Estado do Pará: “A China é um mercado gigante para o Brasil, sobretudo, ela importa alimentos e minérios do Brasil, queremos intensificar maiores compras no Pará, proporcionando diversificação de investimentos” (SEDEME, 2019).

Além disso, há um acordo de investimento de R\$ 1,5 bilhão, em parceria com a Vale e a empresa *China Communication Construction Company*, para construção de usina de

⁹ O agronegócio se associa à mineração pelo compartilhamento de estradas, pátios de estacionamentos, postos de gasolina, restaurantes e redes de informações.

¹⁰ Em 2016 - Ingresso do sócio chinês Dakang a Fiagril Participações S.A., com 57,57% de participação acionária. A *trading* está localizada no Pará (Itaituba) e Amapá (Santana), mais precisamente nos Portos Cianport. A Cianport é pertencente a Fiagril/Hunan Dakang Pasture FarmingCo. Ltd./PengxinGroup¹⁰ e Agrosoja.

laminados de aço, em Marabá, no estado do Pará. Ligada a essa usina, o funcionamento da hidrovía Araguaia-Tocantins (com derrocamento do Pedral do Lourenço – conjunto de pedras que impedem a circulação de barcas pelo rio Tocantins). Articulado a isso, ainda, há o projeto Barão do Rio Branco, criado pela equipe do presidente Jair Bolsonaro, da Secretaria-Geral da Presidência. Tal projeto prevê a construção de quinze hidroelétricas na Bacia do Rio Trombetas, como também a construção da ponte sobre o Rio Amazonas (no município de Óbidos) e a conclusão da rodovia BR-163 até a fronteira com Suriname.

Mesmo nesse cenário nacional/global e de reconfiguração regional (com interesses diversos e com o desmonte da política ambiental pelo governo Jair Bolsonaro a favor do agronegócio, vide mais em Ferrante e Fearnside (2019)), com forte territorialização mesclada de agentes econômicos, de ameaças e supressão de formas “alternativas” de produção e usos dos territórios (por populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas) há a emergência nos territórios de inúmeras formulações de projetos contra-hegemônicos. Projetos esses calcados em solidariedades, cooperação, diálogos e com amplos processos de formações políticas nas comunidades, como forma de instrumentalizar lutas/disputas, criar contranarrativas aos processos e imaginários de superioridade, progresso, desenvolvimento hegemônico e espoliativo (GONÇALVES; RODRIGUES; SOBREIRO-FILHO, 2019); como também desconstruir a narrativa de “territórios improdutivos”, cujo objetivo dessa narrativa é inserir os diversos territórios a lógica mercantil e financeirizada do capitalismo (SVAMPA, 2014).

Referências

- AB’SABER, A. N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v.16, n.4, p.7-30, 2002.
- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo - duas faces da mesma maldição. In: LANG, M.; DILGER, G.; PEREIRA NETO, J. **Descolonizar o Imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Elefante/Autonomia Literária, 2016. p. 46-85.
- ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, v. 15, p. 84-105, 2014.
- ACSELRAD, H. et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES [Online]**, v.1, n.17, p.64-183, 2012.
- ALBURQUEQUE, E. S.; MENEGUZZO, I. S. Ambientalismo e Liberdade. **Geografia (Londrina)**, v. 27, n. 2, p. 303-309, 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. "Novos colonialismos": diálogos evanescentes numa fronteira em movimento. In: GEDIEL, J. A. P. (Org.). **Direitos em conflito**: movimentos sociais, resistência e casos judicializados: artigos e ensaios. Curitiba: Kairós, 2015. p. 41-61.

AZEVEDO-RAMOS, C.; MOUTINHO, P. No man's land in the Brazilian Amazon: could undesignated public forests slow Amazon deforestation?. **Land Use Policy**, v. 73, p. 125-127, 2018.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**: Volume III – Regiões de Referência. Brasília: MP, 2008.

BUTZKE, L.; MANTOVANELI JÚNIOR, O.; THEIS, I. M. Afinal, desenvolvimento regional serve para quê?. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 306 - 318, 2016.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, E. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos Cadernos NAEA**, v.10, n. 2, p.105-126, 2007.

CASTRO, E. "O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia". **Somanlu**, v.8, n.1, p.185-191, 2008.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (Org.). **Amazônia** - Região Universal e Teatro do Mundo. São Paulo: Globo, 2010. p.105-122.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sulamericana. **Caderno CRH**, v.23, n.64, p.45-61, 2012.

CASTRO, E. Política nacional de infraestrutura para a Amazônia renovação de práticas coloniais e desenvolvimentistas. In: ARAGÓN, L. E.; STAEVIE, P. M. (Org.). **Desenvolvimento, Integração e Conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. Formação socioeconômica do estado do Pará. In: CASTRO, E.; CAMPOS, I. (Org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2016. p. 401-482.

CASTRO, E. et al. Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 379, p. 1-18, 2018.

CEPEDA-MÁSMELA, Y. C. **Resistencias contra el neoliberalismo**: entre lo local y lo global. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidad de los Andes, Bogotá, 2015.

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation**, v. 10, p. 1-3, 2019.

GLISSANT, E. **Poetics of Relation**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997.

GONCALVES, O. D.; RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia Paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 1, p. 80-103, 2019.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015.

HAZEU, M. T.; COSTA, S. G.; FIALHO NASCIMENTO, N. S. F. Comunidades Tradicionais e Sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, v. 11, n. 1, p. 173-187, 2019.

HAZEU, M.; RODRIGUES, J. C. Capitalismo financeirizado e acumulação por despossessão na Amazônia: a mineradora Imerys em Barcarena, Nordeste do Pará. **Revista Científica Foz**, v. 2, n. 1, p. 86-119, 2019.

LEITE, G. C. S.; TRINDADE JR., S-C. C. Meio técnico-científico informacional e fluidez territorial na Amazônia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, p. 516-533, 2018.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, V. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LOUREIRO, V. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira - no contexto geopolítico de 1540 a 1912**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidad de Barcelona, Barcelona, 1989.

MARQUES, G. S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MENDES, A. **A invenção da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 1974.

MENDES, A. **Amazônia: transformações, dilemas e novas políticas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

MENDONÇA, A. L. O. Teses sobre resistências ao fascismo. **Em Construção**, n. 4, p. 146 - 155, 2018.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017a.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017b.

MOVIMENTO BARCARENA LIVRE. **Por um Barcarena Livre, com Justiça Social e “Bom para Viver”**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/barcarenalivre/files/2018/03/POR-UM-BARCARENA-LIVRE-MANIFESTO-1.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

NAHUM, J. Notas sobre a formação territorial da Amazônia paraense: do meio natural ao meio técnico. In: SILVA, C.N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

OLIVEIRA, J.A. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE**, v.3, n. 5, p.184-197, 2014.

PAES LOUREIRO, J. J. Amazônia: uma liturgia da beleza. **Revista de Agricultura Familiar**, v. 12, n. 1, p. 9-20, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazonía: Encrucijada Civilizatório**. La Paz: IPDRS-CIDES-UMSA, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, v. 9, n. 9, p. 113-122, 1998.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

QUIJANO, A. "Solidaridad" y capitalismo colonial/moderno. **Otra Economía**, v. 2, n. 2, P. 12-16, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 3, n.5, p. 1-33, 2011.

QUIJANO, A. Des/colonialidad del poder:el horizonte alternativo. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 4, n. 6, p. 1- 3, 2012.

RAVENA, N. et al, Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. **Revista NAU Social**, v.9, n.17, p. 33 - 45, 2019.

RODRIGUES, J. C. O **Estado a contrapelo**: lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no oeste do Pará. 383 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018a.

RODRIGUES, J. C. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. **Revista NERA (UNESP)**, v. 21, n. 42, p. 202-228, 2018b.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C.; LIMA, R. A. P. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia Paraense. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 356-381, 2019.

SCOTT, J.C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Mexico: Txalaparta, 2003.

SEDEME. **Sedeme articula missão oficial à China com foco em parcerias e investimentos**. Disponível em: <<http://sedeme.pa.gov.br/sedeme-articula-missao-oficial-a-china-com-foco-em-parcerias-e-investimentos/>>. Acesso em: 31 maio 2019.

SIMMONS, C. S. et al. Discipline and develop: destruction of the Brazil nut forest in the lower amazon basin. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 1, p. 242-265, 2019.

SLATER, C. Visions of the Amazon: what has shifted, what persists, and why this matters. **Latin American Research Review**, v. 50, n. 3, p. 3-23, 2015.

SVAMPA, M. ¿El desarrollo en cuestión? Algunas coordenadas del debate latino-americano. In: TOBAR, F. R.; BAZZI, A. P. (Coord.). **Saltar la Barrera**. Santiago: ICAL/Fundación Rosa Luxemburgo, 2014. p. 61-75.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. de C. Avaliação da sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião norte do Amapá. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.13, n.1, p. 198-223, 2017.

VIEIRA, I. C. G. Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. **Ciência e Cultura**, v.71, n.1, p.46-50, 2019.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; SANTOS JR, R. A. O. (Orgs.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; HIGUCHI, H. A Amazônia no antropoceno. **Ciência e Cultura**, v. 70, n. 1, p. 56-59, 2018.

Sobre os autores

Jondison Cardoso Rodrigues – Graduação em Ciências Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-doutorando na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **Orcid**: <http://orcid.org/0000-0001-6400-7445>.

Ricardo Angelo Pereira de Lima – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Doutorado em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Doutorado em Géographie et Aménagement pela Université de Toulouse II (Le Mirail). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **Orcid**: <http://orcid.org/0000-0002-3532-422X>

Como citar este artigo

RODRIGUES, Jondison Cardoso; LIMA, Ricardo Angelo Pereira de. Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 89-116, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Jondison Cardoso Rodrigues** coube especialmente o desenvolvimento teórico-conceitual e aquisição de dados; **Jondison Cardoso Rodrigues** e **Ricardo Angelo Pereira de Lima** pela interpretação e análise assim os procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 07 de janeiro de 2019.

Devolvido para a revisão em 16 de agosto de 2019.

Aceito para a publicação em 28 de agosto de 2019.
